

## A HISTÓRIA PORTUGUESA NOS ARQUIVOS ESTRANGEIROS

Talvez não haja um único historiador português que desconheça a existência, em arquivos estrangeiros, de preciosos documentos para a nossa história.

A permanência singular do português nas quatro partidas do mundo, as suas relações diplomáticas, estas comuns a todos os povos, mas as nossas das mais antigas, explicam perfeitamente a grande quantidade de documentação que se conserva em Espanha, assim como na Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Holanda, Vaticano, Suécia, América e por todo o Oriente.

Importa para nós portugueses desvendar esses núcleos, dispondo-os por assuntos, e sumariar os documentos de forma a conhecerem-se facilmente, pelo menos, os nomes de pessoas e os topónimos.

Quando, em 1961, frequentámos o "Estágio Técnico Internacional dos Arquivos", tomámos contacto directo com uma interessante colecção dos Arquivos Nacionais de Paris: Correspondência do Cônsul de França em Lisboa.

A nossa tarefa, na parte prática do Estágio, foi precisamente a inventariação analítica dos tomos 3 e 4 da referida colecção, que abrange os anos de 1672 a 1685, e têm a cota: A.E.B<sup>1</sup> 645 e 646.

A leitura destes documentos forneceu-nos páginas saborosas da nossa história económica, diplomática e política. O diplomata estava atento aos movimentos da vida da Nação e tudo comunicava ao seu governo de França. Enviou, por exemplo, uma memó-

ria da conspiração que fizeram, contra o Príncipe português, em 1673, Jerónimo de Mendonça, António Cavide, Fernando de Mascarenhas e João de Melo e Abreu, descrevendo a sua execução.

Fêz-se eco dos boatos que corriam sobre a mudança do exílio do Rei D. Afonso, da Ilha Terceira, e mais tarde deu a notícia da sua chegada e alojamento em Sintra.

Participa nomeações de governadores para Angola (João da Silva e Aires de Saldanha), para Cabo Verde, para a Madeira (João da Costa Brito) e Ilha Terceira e a ida de contingentes de colonos — homens e mulheres — para o estabelecimento que se pretendia empreender em Quelimane, um outro junto à embocadura do Rio da Prata e chegou a comunicar o envio de homens para a colónia de Buenos Aires, onde pensavam construir uma fortaleza para feitoria.

Ao saber do projecto de formação de uma Companhia das Índias apressa-se, rapidamente, a dar notícias, tendo noutra ocasião enviado uma longa memória sobre o comércio das Índias Orientais.

Especialmente atento às transacções comerciais, apresentava o movimento do porto de Lisboa: navios ingleses, franceses, hamburgueses, genoveses e holandeses; barcos vindos do Brasil carregados de açúcar e de tabaco, outros com trigo; navios ingleses carregados de vinhos oriundos de Barcelona e de Bordéus, outros de açúcar, e de negros de Angola. A Setúbal vinham barcos holandeses, suecos, dinamarqueses, hamburgueses, para carregar sal.

Descrevia, com mágoa, as vicissitudes do comércio francês

agravados pela guerra entre a Espanha e a Holanda. Por isso também não viu com bons olhos o perdão-geral que o Príncipe pensava dar aos judeus, assinalando na sua crónica para Paris o prejuízo que daí adviria aos mercadores estrangeiros e corroborando o seu ponto de vista com opiniões dos fidalgos, povo e Inquisição.

Ainda em crónica atenta, relata a saída e a preparação das armadas para a Índia, e de navios portugueses para Angola.

Em páginas que nos lembram a História Trágico-Marítima descreve a perda de navios que se dirigiam para Angola, ataques de barcos da Argélia, de holandeses à ilha de Martinica, de corsários holandeses em pleno mar, lutas de fragatas inglesas com os turcos, dificuldades de abastecimentos a Mazagão cercada, e não menor embaraço do governador do Algarve em socorrê-la; enfim, o relato do aprisionamento de um navio holandês, junto ao Cabo da Roca que sulcava a costa com desrespeito da soberania portuguesa.

Na sua função de cônsul informa o governo francês da situação dos seus compatriotas que haviam transposto as fronteiras no intuito de instalarem novas indústrias em Portugal, como era o caso de manufacturas de roupas no Alentejo; dos quatro mestres chapeleiros vindos de Paris e das dificuldades para estabelecer o comércio francês em Faro e em Lagos, bem como a protecção dada a soldados franceses fugidos de Espanha proporcionando-lhes meios de subsistência e embarque para a pátria. Não ficava indiferente também às irregularidades que notava na administração da confraria de S. Luís.

Consegue autorização para o astrónomo Glos ir à África portuguesa proceder a observações astronómicas e disso faz a necessária comunicação ao governo.

As notícias do corpo diplomático interessavam-lhe naturalmente. Assim é que vemos através das páginas dos seus relatórios a chegada, de Inglaterra, de Gaspar de Abreu, a partida de Duarte Ribeiro para Turim, a nomeação dos cônsules da Terceira e do Faial, da Baía de Todos-os-Santos e Aveiro.

Maria Francisca Andrade

Arquivo Nacional da Torre do Tombo